

EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
REGISTRO DE PREÇOS
PREFERÊNCIA LOCAL E REGIONAL

1) PRÊAMBULO

1.1 O Município de Palmitos - SC, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 85.361.863/0001-47, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo de contratação:

I - Regime legal:

- a) Lei nº 14.133/2021;
- b) Lei Complementar nº 123/2006;
- c) Legislação Municipal.

II - Modalidade:

- a) Pregão (art. 6º, XLI)

III - Critério de Julgamento:

- a) Menor Preço Por Item

IV - Modo de disputa:

- a) Aberto

V - Forma:

- a) Eletrônico (art. 17, § 2º)

VI - Plataforma:

a. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

b. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

c. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

d. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

VII - Data/horário limite para cadastramento das propostas:

- a) 02/07/2026, até às 08h30min (horário de Brasília/DF)

VIII - Data/horário de início da sessão pública:

- a) 02/07/2026, às 08h31min (horário de Brasília/DF)

IX - Data/horário limite para apresentação dos documentos de HABILITAÇÃO e PROPOSTA ATUALIZADA pelo licitante com a melhor proposta:

- a) Até 2 (duas) horas a contar do momento que for declarada a melhor proposta.

b) Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova notificação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

X - Condução do processo licitatório:

- a) Pregoeiro e Equipe de Apoio (art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133/2021), conforme designação no regulamento Municipal Decreto nº 14/2026.

2) OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto deste processo licitatório é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS, ARTÍSTICAS, ESPORTIVAS E SOCIOEDUCATIVAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

2.1.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços não gera ao(s) fornecedor(es) registrado(s) qualquer direito subjetivo à contratação, constituindo mera expectativa de fornecimento.

2.1.2. As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, mediante a emissão das respectivas ordens de serviço ou instrumentos equivalentes, não ficando o Município obrigado a contratar os quantitativos registrados, podendo utilizá-los total ou parcialmente.

2.2 O objeto está fundamentado conforme art. 18, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021:

I - Solicitação nº 25/2026, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, que engloba o Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR;

2.3 DA SUBCONTRATAÇÃO:

2.3.1. É permitida a subcontratação **parcial** do objeto contratual, limitada à execução direta das oficinas culturais, esportivas e educacionais por profissionais especializados, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal.

2.3.2. A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer vínculo contratual com o Município, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do contrato, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, legais e trabalhistas.

2.3.3. A subcontratação deverá ser formalmente comunicada à Administração, com a identificação do profissional ou entidade subcontratada, bem como a comprovação de que este possui qualificação técnica compatível com a atividade a ser desenvolvida.

2.3.4. Fica **vedada a subcontratação total do objeto**, bem como da coordenação, gestão ou administração do contrato.

2.3.5. A Administração poderá recusar ou exigir a substituição de profissional subcontratado que não apresente qualificação adequada ou cuja atuação se revele incompatível com os padrões de qualidade exigidos.

2.3.6. A subcontratação não exime a CONTRATADA do cumprimento das obrigações previdenciárias, trabalhistas, fiscais e contratuais decorrentes da execução do objeto.

2.4. Em conformidade com o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente o seu § 3º, será assegurada **prioridade de contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e/ou regional**, observados os critérios e limites estabelecidos no Decreto Municipal nº 121/2025, de 24 de julho de 2025, aplicando-se, de forma subsidiária, o Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.4.1. Para os fins deste processo licitatório, considera-se empresa regional aquela que possua sede em municípios integrantes das seguintes associações municipais, nos termos do Decreto Municipal nº 121/2025:

- AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios;
- AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina;
- AMEOES – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.

2.4.2. Na hipótese de inexistência de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local aptas a atender ao objeto, será aplicada a prioridade de contratação às ME/EPP sediadas regionalmente, desde que suas propostas se situem até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor

preço válido, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Prejulgado nº 2205 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

3) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Como a presente proposta de certame licitatório baseia-se em uma Ata de Registro de Preços, a indicação de adequação orçamentária ocorrerá apenas em eventual solicitação de consumo.

4) IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

4.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú. da Lei nº 14.133/2021).

4.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

4.4 INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR E-MAIL NÃO SERÁ ACEITA; QUALQUER ESCLARECIMENTO/DÚVIDAS/IMPUGNAÇÕES DEVEM SER REALIZADOS NO SISTEMA DA BLL.

5) VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido

condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

6) CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

6.1 Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2 O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3 O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

6.4 O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

6.5 É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6 O LICITANTE fica obrigado a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8 O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao

MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10 As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es) do certame, informará(ão) ao MUNICÍPIO os dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13 O LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail controleinterno@palmitos.sc.gov.br.

7) APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1 Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2 Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

I - Sociedade empresária;

II - Sociedade simples;

III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;

IV - Empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil:

a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

7.3 Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam:

I - Ao Microempreendedor Individual – MEI nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006;

II - Às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei nº 11.488/2007, art. 34).

7.4 Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração (**ANEXO II**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

7.5 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

I - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

8) PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1 É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV da Lei nº 14.133/2021).

8.2 A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V da Lei nº 14.133/2021).

8.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte, da Lei nº 14.133/2021);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º da Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

8.5 A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I da Lei nº 14.133/2021);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II da Lei nº 14.133/2021).

9) PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

9.1 Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho -

PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2 Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X (art. 42 ao 67-A), na Seção IV do Capítulo XI (art. 73 e 73-A), e no Capítulo XII (art. 74 ao 75-B) da referida Lei Complementar.

10) REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1 Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11) FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1 Para este certame, a sequência das fases será (art. 17, caput da Lei nº 14.133/2021):

1º PROPOSTA;

2º HABILITAÇÃO.

11.2 A apreciação RECURSAL dar-se-á em fase única em relação ao julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021).

12) CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

12.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

12.1.1 Para elaboração e apresentação das propostas o licitante deve:

I - Levar em consideração o disposto neste edital e em seus anexos;

II - Não ofertar proposta com valor superior ao indicado neste edital;

III - Apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);

IV - Encaminhar proposta na plataforma indicada no preâmbulo;

V - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão, sendo que decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficará o licitante liberado do compromisso assumido.

12.1.2 O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I, da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal.

12.1.3 O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.1.4 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

12.1.5 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.1.6 A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma.

12.1.7 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.8 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.1.9 Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.1.10 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) Encerrada a etapa de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

f) Durante o envio de lances, se houver requerimento do licitante, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível;

g) Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.1.11 No caso de desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio www.bll.org.br.

13) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO TCU

13.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta ao seguinte cadastro:

I – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

13.2 A consulta ao cadastro acima referido será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário

(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:119749796643592:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO), por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

13.3 A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal.

14) JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021):

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

VI - Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta melhor classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3 EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: 50% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal;

II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: 75% do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4 EMPATE:

14.4.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021):

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5 DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2 Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.6 NEGOCIAÇÃO:

14.6.1 Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, caput da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3 A negociação será conduzida pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7 Se a proposta for desclassificada o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15) HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual deverá apresentar os documentos na data e hora informados no preâmbulo (art. 63, II da Lei nº 14.133/2021).

15.2. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.3. Em se tratando de licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006:

I - **Deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição** (art. 43);

II - **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o**

proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º);

III - A não-regularização da documentação, no prazo previsto anteriormente, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º).

15.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.5. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

15.6 As declarações exigidas neste edital NÃO poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema.

15.7 Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.7.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.8 A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.9. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

15.9.1. PESSOA JURÍDICA

I - Declaração que atende aos requisitos de habilitação ([art. 63, I da Lei nº 14.133/2021](#))

II - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#) ([art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021](#))

III - Declaração que não incorre nos impedimentos.

IV - Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).

V - HABILITAÇÃO JURÍDICA ([art. 66 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Cartão do CNPJ;

b) Estatuto ou contrato social;

VI - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA ([art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#)):

a) Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (art. 68, § 1º).

b) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);

c) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);

d) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);

VII – DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO, COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL À FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: A

licitante deverá apresentar documentação que comprove a qualificação técnica do profissional responsável pela execução das oficinas, nos seguintes moldes:

a) REQUISITOS GERAIS (documentos que serão exigidos em relação a todos os itens licitados):

I – **Indicação do profissional executor:** Apresentação de declaração contendo a identificação do profissional que ministrará as oficinas, acompanhada de currículo ou portfólio profissional.

II – **Certidão negativa de antecedentes criminais do profissional executor.**

b) REQUISITOS ESPECÍFICOS POR MODALIDADE:

b.1) Referente aos Itens 01 e 02:

I – Comprovação de formação ou capacitação em danças gaúchas, mediante apresentação de certificado emitido por escola de dança, entidade cultural ou tradicionalista; e

III – Comprovação de experiência como instrutor ou coreógrafo em grupos, oficinas, apresentações culturais ou eventos de danças tradicionais gaúchas, podendo ser demonstrada por certificados, declarações, portfólio ou documentos equivalentes.

b.2) Referente ao Item 03:

I – Formação/Graduação em Artes Cênicas, Teatro, Dança ou áreas afins (licenciatura ou bacharelado);

ou

II – Comprovação de experiência do profissional na ministração de aulas de teatro (portfólio, currículo ou atestados de capacidade técnica).

b.3) Referente ao Item 04:

I – Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física, com registro ativo no CREF, **ou** comprovação de formação técnica ou graduação em modalidade de arte marcial reconhecida por federação ou entidade da respectiva modalidade; e

II – Comprovação de experiência do instrutor na área de ensino de artes marciais, preferencialmente com crianças e adolescentes, por meio de atestados de capacidade técnica, certificados ou declarações de academias ou entidades.

b.4) Referente ao Item 05:

I – Comprovação de experiência na área de artesanato, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica ou documentos equivalentes que demonstrem atuação na produção, ensino ou condução de oficinas de artesanato. A experiência poderá ser comprovada por declarações, certificados, portfólio de trabalhos, participação em feiras, exposições ou projetos culturais e sociais, ou documentos equivalentes.

II – Apresentação de portfólio ou registro fotográfico de peças produzidas, quando houver, como forma de demonstrar a atuação do profissional na área.

15.10 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.11 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

15.12 Certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por 30 (trinta) dias da data de emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

15.13 No que se refere à comprovação de inscrição no CNPJ, a sua atualização compreenderá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

16) RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1 Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

I - Julgamento das propostas;

II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

III - Anulação ou revogação da licitação;

IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

16.2 Se apresentado recurso em virtude do disposto em I ou II do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021);

16.4 Apresentado o recurso, inicia prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões, a partir da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

16.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6 Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1 Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021)

16.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8 Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9 Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, caput da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10 Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, caput da Lei nº 14.133/2021).

16.12 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo de contratação será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação do processo de contratação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar o processo de contratação.

17.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3 O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5 A anulação do processo de contratação induz à da ata de registro de preços e/ou do contrato.

18) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Serão registrados, na ata de registro de preços, os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta.

18.2 Será formado cadastro de reserva com os licitantes classificados que aceitarem fornecer o objeto nas mesmas condições da proposta vencedora, observada a ordem de classificação.

18.2.1 A manifestação de interesse em compor o cadastro de reserva não gera direito à contratação, nem obrigação imediata de assinatura da Ata de Registro de Preços.

18.2.2. Os licitantes integrantes do cadastro de reserva somente serão convocados em caso de cancelamento, desistência, descumprimento contratual ou impossibilidade de execução pela detentora da ata, ocasião em que deverão comprovar as condições de habilitação e manifestar aceite expresso às condições da contratação.

18.3 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital para o Item/Lote.

18.4 Não haverá valor mínimo ou quantitativo mínimo por Autorização de Fornecimento, obrigando-se a contratada ao atendimento das solicitações emitidas pela Administração nas condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada.

18.5 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal nº 32/2023.

18.5.1. A prorrogação da ata poderá ser acompanhada da renovação dos quantitativos originalmente registrados, ou seja, da previsão de disponibilização de igual quantidade de itens ou serviços para o novo período de vigência, desde que atendidos simultaneamente os seguintes requisitos, nos termos do Prejulgado nº 2526 do TCE/SC:

a) Seja realizada análise técnica fundamentada, com base no consumo efetivo durante a vigência anterior e nas necessidades projetadas para o novo período, que demonstre que os quantitativos a serem renovados são proporcionais e adequados à estimativa de demanda atual em função de consumo e utilização prováveis;

b) Seja realizada nova pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei n. 14.133/2021, demonstrando a vantajosidade da manutenção da ata, e o gestor responsável ateste formalmente, em despacho motivado, que os preços e demais condições permanecem favoráveis à Administração;

c) O fornecedor detentor da ata manifeste concordância expressa com a prorrogação da vigência e com a renovação dos quantitativos, reafirmando seu compromisso de fornecimento nas mesmas condições anteriormente pactuadas, conforme previsto no art. 83 da Lei n. 14.133/2021; e

d) A prorrogação da vigência e a renovação dos quantitativos sejam formalizadas por meio de instrumento adequado (termo aditivo) celebrado dentro do prazo de vigência original da ata.

18.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.7 Competirá a Secretaria Municipal de Administração administrar os registros de preços para materiais e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, sempre com apoio técnico necessário.

18.7.1 Caberá a Secretaria de Administração a prática de atos para rotina, controle e administração do registro de preços, inclusive no tocante à inviabilidade de ultrapassagem de quantidade máxima registrada, preferencialmente em formato informatizado.

18.8 O fornecedor classificado em primeiro lugar será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.

18.8.1 É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.8.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do tópico anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:

I - Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.9 A recusa injustificada do fornecedor melhor classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser deverá ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.11 O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.12 Os preços registrados poderão ser revistos somente em decorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

18.12.1. A flutuação natural de preços de insumos e mão-de-obra em decorrência de efeitos inflacionários NÃO será considerada ocorrência imprevisível apta a motivar o reequilíbrio econômico-financeiro.

18.12.2 A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.

18.12.3 O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

18.13 Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

18.13.1 Na hipótese prevista no caput deste artigo, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

18.14 O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

18.14.1 A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

18.14.2 A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

18.14.3 O cancelamento de registros será motivado e formalizado por decisão da Prefeita Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.14.4 Da decisão que cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.14.5 O cancelamento dos preços registrados, seja a pedido do fornecedor, seja promovido de ofício pela Administração, não afasta a possibilidade de apuração de eventual responsabilidade da detentora da ata por infrações praticadas no curso da licitação ou da execução contratual, nem a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.15. É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, na condição de não participantes, aderirem à ata de registro de preços gerenciada por este Município.

18.16. É vedado à Administração Pública Municipal a participação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

19) RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A execução do objeto ocorrerá mediante a **prestação de serviços de oficinas culturais, esportivas e educacionais**, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços, observando-se as disposições da Lei nº 14.133.

19.2. As empresas ou profissionais contratados deverão responsabilizar-se, às suas expensas, pela execução integral das oficinas solicitadas pela Secretaria responsável do Município de Palmitos, atendendo às especificações técnicas, carga horária, cronograma e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

19.3. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço (AF/OS), que será encaminhada à contratada por meio eletrônico, como e-mail institucional ou outro meio oficial de comunicação.

19.4. O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, salvo situações devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

19.5. As oficinas deverão ser ministradas por profissionais qualificados, com experiência comprovada na respectiva área de atuação, observando:

- o cronograma definido pela Secretaria competente;
- os locais indicados pela Administração;
- as faixas etárias e o público-alvo das atividades;
- e as normas de segurança aplicáveis.

19.6. A contratada será responsável pelo cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.

19.7. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a contratada será notificada para promover a regularização imediata, podendo ser aplicadas as sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

19.8. A contratada deverá manter comunicação constante com a Administração, informando eventuais impedimentos na execução das atividades e garantindo a continuidade dos serviços contratados.

19.9. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração do Município de Palmitos, nos locais indicados na **Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço (AF/OS)** emitida pela Secretaria solicitante.

19.10. As oficinas poderão ser realizadas em:

- unidades escolares da rede municipal;
- espaços culturais e esportivos do Município;
- núcleos educacionais onde ocorre o Ensino em Tempo Integral;
- unidade do CRAS e CREAS
- ou outros locais previamente definidos pela Administração.

19.11. Os serviços serão executados, preferencialmente, nos seguintes horários:

- **Matutino:** das 7h30 às 11h00;
- **Vespertino:** das 13h30 às 17h00;
- podendo, ainda, ocorrer em outros horários, conforme necessidade e mediante ajuste com a Secretaria solicitante.

19.12. O objeto será recebido (art. 140 da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 32/2023):

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, mediante TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO lavrado e assinado pelo gestor e fiscais responsáveis, com verificação da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, lavrado e assinado pelo gestor e fiscais responsáveis.

19.12.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

19.13. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituí-lo ou refazê-lo, se a qualquer tempo se verificarem incorreções.

19.14. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas, devendo a contratada promover as adequações necessárias sem ônus para o Município.

19.15. A substituição do instrutor durante a execução do contrato somente poderá ocorrer mediante aprovação prévia da Administração e desde que o substituto possua qualificação técnica compatível com a exigida em edital.

20) PAGAMENTO

20.1 No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Fornecimento de bens;
- II** - Locações;
- III** - Prestação de serviços;
- IV** - Realização de obras.

20.2 A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II** - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III** - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV** - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V** - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

20.3 A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

20.5 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).

20.6 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a certificação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e correspondente à solicitação, mediante transferência na conta corrente da contratada ou emissão de boleto bancário.

20.6.1 Na opção pela transferência bancária para instituição financeira diversa daquela em que estiver depositado o recurso público, caberá à registrada arcar com as despesas da TED/DOC/PIX.

21) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações cometidas (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- II** - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- VI** - Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Pelo cometimento das infrações indicadas no anterior, serão aplicadas as seguintes penalidades:

| Advertência (art. 156, § 2º). | Item I |
|---|---|
| | Obs. 1: Aplicada exclusivamente em razão de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |
| Multa de 5% | Qualquer infração (art. 156, § 3º). |
| Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Palmitos-SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º). | Itens II, III, IV, V, VI e VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |
| Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º). | Itens VIII, IX, X, XI e XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |

21.3 Na aplicação das sanções serão considerados os dispositivos art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Para aplicação das sanções gerais utilizados os dispositivos dos arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

21.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

21.6 A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

21.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com

o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.9 A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.10 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no quadro do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

21.10.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

21.11 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Palmitos-SC, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

21.11.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021)

22) GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

22.1. Designa-se como gestora do presente processo licitatório as secretárias da pasta solicitante, Gestoras Sr^a Marli Camargo e Franciele Cristina Sangalli Casaril, e como fiscais Alessandra Tortora, Cleyver Lunardi e Jessica Mai.

22.2. São atribuições dos gestores, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:

I – conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa;

II – conferir se houve publicação tempestiva do extrato do contrato;

III – conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pela Administração e da indicação formal de preposto pelo contratado;

IV – controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do término da vigência;

V – controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação;

VI – adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação;

VII – receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior;

VIII – verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso;

IX – deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;

X – examinar, periodicamente, ou ao menos uma vez antes do término de vigência ou prorrogação do contrato, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, por período superior a 30 (trinta) dias, observando a ampla defesa e o contraditório;

XI – manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;

XII – supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, visando à observância da ordem cronológica de pagamentos;

XIII – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

22.3. São atribuições dos fiscais, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:

I – solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis após a assinatura;

II – conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;

III – acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

IV – juntar documentos, certificar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;

V – registrar, em livro próprio, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

VI – fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;

VII – solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;

VIII – conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;

IX – dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;

X – dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver autorização expressa do prefeito ou outro superior hierárquico; e

XI – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

23) DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 É facultado ao pregoeiro ou ao Prefeito Municipal ou Gestor, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.2 Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

23.3 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Palmitos, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

23.4 Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Palmitos SC (<https://www.palmitos.sc.gov.br/>);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

23.5 São anexos deste edital:

I - Declaração inexistência de impedimentos

II - Declaração para LC 123/2006

III - Proposta + Declaração art. 63, § 1º

IV - Declaração art. 63, I – atende os requisitos de habilitação

V - Declaração art. 63, IV – PCD e reabilitado da Previdência Social

VI - Ata de Registro de Preços

VII - Termo de Referência

23.6 As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Palmitos-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Palmitos-SC, 16 de junho de 2026.

Giovana Giacomolli
Prefeita Municipal

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA DISPUTAR O CERTAME E/OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

h) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

i) É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

j) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

k) Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão

ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

ANEXO II – DECLARAÇÃO LC 123/2006

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

ANEXO III – PROPOSTA

PROPOSTA

| DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|---------------------|---------|------------|----------------------|-------------------|
| | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | |

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO IV – ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021 que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021)

À
Prefeitura Municipal de Palmitos/SC
Processo Licitatório nº ____/2026
Pregão Eletrônico nº ____/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA, para os devidos fins e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Declara, ainda, que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data

Nome do representante legal

Assinatura do representante legal

ANEXO VII

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° xx/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° xx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO n° xx/2026**

O **MUNICÍPIO DE PALMITOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 85.361.863/0001-47, com sede em Rua Independência, n° 100, centro, na cidade de Palmitos-SC, neste ato representado pelo Prefeita Municipal, Sra. Giovana Giacomolli, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa [...], inscrita no CNPJ n° [...], com sede no [...], neste ato representada por seu sócio administrador [...], inscrito no CPF sob n° [...], doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços a fim de registrar os seguintes preços:

1. OBJETO

1.1 As partes resolvem registrar preços para [...], de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | |

2. DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei Federal n° 14.133/2021).

2.1.1. A prorrogação da ata poderá ser acompanhada da renovação dos quantitativos originalmente registrados, ou seja, da previsão de disponibilização de igual quantidade de itens ou serviços para o novo período de vigência, desde que atendidos simultaneamente os seguintes requisitos, nos termos do Prejulgado n° 2526 do TCE/SC:

- Seja realizada análise técnica fundamentada, com base no consumo efetivo durante a vigência anterior e nas necessidades projetadas para o novo período, que demonstre que os quantitativos a serem renovados são proporcionais e adequados à estimativa de demanda atual em função de consumo e utilização prováveis;
- Seja realizada nova pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei n. 14.133/2021, demonstrando a vantajosidade da manutenção da ata, e o gestor responsável ateste formalmente, em despacho motivado, que os preços e demais condições permanecem favoráveis à Administração;
- O fornecedor detentor da ata manifeste concordância expressa com a prorrogação da vigência e com a renovação dos quantitativos, reafirmando seu compromisso de fornecimento nas mesmas condições anteriormente pactuadas, conforme previsto no art. 83 da Lei n. 14.133/2021; e
- A prorrogação da vigência e a renovação dos quantitativos sejam formalizadas por meio de instrumento adequado (termo aditivo) celebrado dentro do prazo de vigência original da ata.

2.2. Conforme art. 83 da Lei Federal n° 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

I - O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme art. 82, III da Lei Federal n° 14.133/2021;

II - O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para

assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº. XXX/2026.

3.2. Esta ata se rege pelas disposições expressas do Edital e demais documentos que o instruem, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32/2023.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE CONTRATATAÇÃO

4.1. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, que será encaminhada à contratada por meio eletrônico, como e-mail institucional ou outro meio de comunicação.

4.2. Todas as despesas necessárias à execução do objeto correrão por conta da Contratada, incluindo transporte e deslocamento, alimentação, materiais de consumo, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos incidentes, e demais custos operacionais necessários à prestação dos serviços.

4.3. As oficinas deverão ser ministradas por profissionais qualificados, com experiência comprovada na respectiva área de atuação, observando o cronograma definido pela Secretaria competente, os locais indicados pela Administração, as faixas etárias e o público-alvo das atividades e as normas de segurança aplicáveis.

4.4. As oficinas serão realizadas em locais designados pela Administração Pública, podendo se dar em unidades escolares da rede municipal, espaços culturais e esportivos do Município, núcleos educacionais, unidade do CRAS e CREAS, dentre outros.

4.5. Os serviços serão executados em horários a definir, conforme ajuste com a Secretaria solicitante, devendo ocorrer preferencialmente nos seguintes horários: matutino, das 7h30min às 11h; e vespertino, das 13h30min às 17h.

4.6. A contratada deverá manter comunicação constante com a Administração, informando eventuais impedimentos na execução das atividades e garantindo a continuidade dos serviços contratados.

4.7. A substituição do instrutor durante a execução do contrato somente poderá ocorrer mediante aprovação prévia da Administração e desde que o substituto possua qualificação técnica compatível com a exigida em edital.

4.8. O objeto será recebido (art. 140 da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 32/2023):

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, mediante TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO lavrado e assinado pelo gestor e fiscais responsáveis, com verificação da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório, lavrado e assinado pelo gestor e fiscais responsáveis.

4.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do

prazo.

4.9. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituí-lo ou refazê-lo, se a qualquer tempo se verificarem incorreções.

4.10. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas, devendo a contratada promover as adequações necessárias sem ônus para o Município.

5. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos somente em decorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

5.1.1. A flutuação natural e ínfima de preços de insumos e mão-de-obra em decorrência de efeitos inflacionários NÃO será considerada ocorrência imprevisível apta a motivar o reequilíbrio econômico-financeiro.

5.1.2. A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.

5.2. O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

5.3. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

5.3.1. Nesta hipótese, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

5.5. A eventual análise de pedido de revisão não desobriga a contratada do cumprimento das obrigações assumidas até decisão administrativa final expressa, permanecendo integralmente exigíveis os fornecimentos solicitados pela Administração.

5.6. Os preços apresentados poderão ser reajustados de acordo com o seguinte critério: a partir de 12 meses da data de assinatura da ata de registro de preços, com base no IPCA acumulado.

5.7. Os pedidos de alteração dos preços registrados serão analisados pela Administração no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do protocolo do requerimento devidamente instruído.

5.7.1. A ausência de documentos necessários à análise do pedido de alteração dos preços registrados implicará a interrupção da análise até a devida complementação, reiniciando-se o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data de apresentação do último documento essencial ao exame do pleito.

5.7.2. A apresentação do pedido não autoriza a contratada a suspender ou interromper o fornecimento dos produtos, permanecendo obrigadas às condições ajustadas até decisão administrativa final.

5.7.3. A recusa da contratada em fornecer os produtos em razão da pendência de análise de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro caracterizará inexecução parcial ou total, sujeitando-a às sanções administrativas cabíveis, na forma da legislação, do edital, da ata de registro de preços e do contrato.

6. DO CANCELAMENTO

6.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – pela Administração, quando:

a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de

preços;

- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

6.2. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

6.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.4. O cancelamento de registros será motivado e formalizado por decisão da Prefeita Municipal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Da decisão que cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.6. O cancelamento dos preços registrados, seja a pedido do fornecedor, seja promovido de ofício pela Administração, não afasta a possibilidade de apuração de eventual responsabilidade da detentora da ata por infrações praticadas no curso da licitação ou da execução contratual, nem a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas no processo licitatório e documentos que o instruem:

- a) Prestar os serviços conforme especificações e demais disposições deste Termo de Referência, do edital e nas condições contidas em sua proposta;
- b) atender às solicitações nos prazos estipulados sob pena de notificação;
- c) responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados;
- d) Prestar os serviços no local determinado e dentro dos prazos estabelecidos;
- e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- g) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- h) arcar, exclusivamente, com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- i) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas,

para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz (ART. 92, XVII);
I) informar o Departamento de Licitações, Compras e Contratos do município eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1. A gestão dos contratos será feita pelos secretários das pastas solicitantes, enquanto que a fiscalização caberá aos fiscais designados expressamente em edital ou decreto.

8.2. São atribuições dos gestores, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:

I – conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa;

II – conferir se houve publicação tempestiva do extrato do contrato;

III – conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pela Administração e da indicação formal de preposto pelo contratado;

IV – controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do término da vigência;

V – controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação;

VI – adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação;

VII – receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior;

VIII – verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso;

IX – deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;

X – examinar, periodicamente, ou ao menos uma vez antes do término de vigência ou prorrogação do contrato, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, por período superior a 30 (trinta) dias, observando a ampla defesa e o contraditório;

XI – manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;

XII – supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, visando à observância da ordem cronológica de pagamentos;

XIII – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

8.3. São atribuições dos fiscais, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:

I – solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis após a assinatura;

II – conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;

III – acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

IV – juntar documentos, certificar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;

V – registrar, em livro próprio, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

VI – fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;

VII – solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;

VIII – conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;

IX – dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;

X – dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver autorização expressa do prefeito ou outro superior hierárquico; e

XI – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

8. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

8.1. As partes seguirão as disposições acerca da Proteção de Dados Pessoais constantes do Edital e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

9. DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmitos, Estado de Santa Catarina, como único competente para dirimir as controvérsias resultantes deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10. PUBLICAÇÃO

10.1. Esta ata, com indicação dos fornecedores, será divulgada:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Palmitos-SC (www.palmitos.sc.gov.br);

III - Diário Oficial dos Municípios-DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

(LOCAL), (DATA).

| | |
|--|----------------------------|
| _____ PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE | _____ XXX CONTRATADO |
|--|----------------------------|

ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

| ELEMENTOS | |
|-----------|---|
| 1. | <p>Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.</p> <p>O presente estudo tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços especializados para a execução de oficinas culturais, artísticas, esportivas e socioeducativas, destinadas ao atendimento das demandas do Município de Palmitos/SC, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural, educacional e social da comunidade.</p> <p>A contratação caracteriza-se como prestação de serviços comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado, requisitos de qualificação técnica, carga horária estimada, locais de execução, forma de acompanhamento e critérios de medição e pagamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>O objeto será licitado por itens, correspondentes às modalidades de oficinas previstas, admitindo execução parcelada e contratação sob demanda, conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de utilização integral dos quantitativos estimados. Os quantitativos foram definidos com base na demanda histórica do Município, na previsão de atendimento da população usuária, no planejamento das Secretarias demandantes e na perspectiva de ampliação das atividades culturais, educacionais e socioassistenciais.</p> <p>A contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, por se tratar de solução adequada a demandas variáveis e contratações futuras, hipótese expressamente admitida pela Lei nº 14.133/2021. A ata de registro de preços terá natureza vinculativa e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, observadas as condições estabelecidas no edital, no termo de referência e nas propostas vencedoras.</p> <p>O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, até o limite de 2 (dois) anos, desde que comprovado preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Eventual prorrogação deverá ser precedida de justificativa da Administração e de nova verificação da vantajosidade dos preços registrados.</p> <p>As futuras contratações decorrentes da ata ocorrerão de forma parcelada, mediante demanda da Administração e disponibilidade orçamentária, por meio da formalização do instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o caso concreto e a legislação aplicável.</p> <p>Além disso, será observado o disposto no art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123, que estabelece tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, com prioridade de contratação para aquelas sediadas em âmbito local e regional, nos termos do Decreto Municipal nº 121 e, subsidiariamente, do Decreto nº 8.538.</p> |
| 2. | <p>Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.</p> <p>Nos termos do art. 19 e do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a especificação do objeto deve observar,</p> |

sempre que possível, o catálogo eletrônico de padronização, além de contemplar requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança compatíveis com a necessidade administrativa. Após consulta, não foi identificado catálogo eletrônico de padronização aplicável ao objeto da presente contratação, razão pela qual a especificação foi elaborada a partir das necessidades concretas da Administração, da análise de contratações similares e dos parâmetros de mercado obtidos na fase de planejamento.

A especificação do objeto foi estruturada de forma a assegurar a adequada execução das oficinas, a compatibilidade com os objetivos institucionais do Município e a definição objetiva dos padrões mínimos de desempenho e qualidade dos serviços, em conformidade com a natureza de serviços comuns. Para tanto, foram considerados:

I – a análise de orçamentos obtidos junto ao mercado;

II – contratações similares realizadas por outros entes públicos;

III – as necessidades específicas da Administração Municipal de Palmitos/SC.

Assim, foram definidos requisitos mínimos voltados a garantir:

a) qualidade na execução das oficinas;

b) compatibilidade com os objetivos culturais, educacionais e socioassistenciais do Município;

c) desempenho adequado das atividades;

d) segurança dos participantes;

e) adequada qualificação dos profissionais executores.

| Item | Especificação do serviço | Quantidade estimada | Valor unitário referencial |
|------|---|---------------------|----------------------------|
| 01 | Professor de Dança de Salão e Gauchesca – contratação de profissional especializado para ministrar oficinas/aulas de dança, com vistas ao desenvolvimento da expressão corporal, coordenação motora, disciplina, autoestima e criatividade dos participantes. O serviço compreende planejamento, organização e execução das atividades, adequadas às diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento, conforme cronograma da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. O profissional deverá comprovar formação ou experiência compatível com a atividade e aptidão pedagógica. Deverá, ainda, acompanhar o desenvolvimento dos alunos e participar de apresentações ou eventos culturais correlatos, quando solicitado pela Administração. Todos os custos decorrentes da execução, inclusive insumos, deslocamentos, tributos e demais despesas, deverão estar incluídos no preço ofertado. Carga horária semanal estimada: 20 horas. Duração da aula: 60 minutos. Locais estimados de execução: Cidade de Palmitos, Distrito de Sede Oldenburg e Linha São Brás. | 1.300 horas | R\$ 80,00 |
| 02 | Professor de Dança de Salão e Gauchesca – Educação em Tempo Integral – contratação de profissional especializado para ministrar oficinas/aulas de dança no | 1.300 horas | R\$ 80,00 |



| | | | |
|----|---|-------------|-----------|
| | <p>âmbito do Ensino em Tempo Integral, com objetivo de desenvolver expressão corporal, coordenação motora, disciplina, autoestima e criatividade dos estudantes. O serviço compreende planejamento, organização e execução das atividades, conforme cronograma da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. O profissional deverá comprovar formação ou experiência compatível com a atividade e aptidão pedagógica. Todos os custos decorrentes da execução, inclusive insumos, deslocamentos, tributos e demais despesas, deverão estar incluídos no preço ofertado. Carga horária semanal estimada: 20 horas. Duração da aula: 60 minutos. Locais estimados de execução: Distrito de Diamantina e Distrito de Santa Lúcia.</p> | | |
| 03 | <p>Professor de Teatro – contratação de profissional especializado para ministrar oficinas/aulas de teatro, com objetivo de desenvolver competências artísticas, criativas e socioeducativas, promovendo expressão corporal, comunicação, autoconfiança e trabalho em equipe. O serviço compreende planejamento, organização e execução das atividades conforme cronograma, público-alvo e faixas etárias definidas pela Administração. O profissional deverá comprovar formação ou experiência compatível com a atividade e aptidão pedagógica, responsabilizando-se pela condução das aulas e pela participação em apresentações e eventos culturais relacionados. Todos os custos decorrentes da execução, inclusive insumos, deslocamentos, tributos e demais despesas, deverão estar incluídos no preço ofertado. Carga horária semanal estimada: 20 horas. Duração da aula: 60 minutos. Locais estimados de execução: Cidade de Palmitos, Distrito de Diamantina, Distrito de Santa Lúcia e Linha São Brás.</p> | 1.000 horas | R\$ 90,80 |
| 04 | <p>Professor de Artes Marciais – contratação de profissional especializado para ministrar oficinas/aulas de artes marciais, tais como jiu-jitsu, capoeira, muay thai ou boxe, com o objetivo de promover desenvolvimento físico, disciplina, autocontrole, respeito às regras, integração social e noções de autodefesa. O serviço compreende planejamento, organização e execução das atividades, adequadas às diferentes faixas etárias e níveis de experiência. O profissional deverá comprovar formação ou experiência compatível com a modalidade ofertada e aptidão pedagógica, responsabilizando-se pela segurança dos participantes e pelo acompanhamento das</p> | 1.000 horas | R\$ 71,00 |

| | | | |
|-----------|--|-----------|-----------|
| | atividades. Todos os custos decorrentes da execução, inclusive insumos, deslocamentos, tributos e demais despesas, deverão estar incluídos no preço ofertado. Carga horária semanal estimada: 20 horas. Duração da aula: 60 minutos. Locais estimados de execução: Cidade de Palmitos, Distrito de Diamantina, Distrito de Santa Lúcia e Linha São Brás. | | |
| 05 | Artesão com habilidade em corte e costura – contratação de profissional qualificado para ministrar oficinas práticas de artesanato, com experiência em corte e costura, destinadas a usuários vinculados aos serviços do CRAS, CREAS e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. As oficinas deverão contemplar desenvolvimento de habilidades manuais, noções de modelagem, corte, costura manual e em máquina, reaproveitamento de tecidos, confecção de peças simples e produtos artesanais, associando aprendizagem prática, convivência em grupo, fortalecimento da autoestima e estímulo à inclusão produtiva. O profissional deverá comprovar experiência em atividades artesanais e aptidão para condução de grupos de forma ética, acolhedora e inclusiva, admitida comprovação por declaração, portfólio, contratos, certificados ou atestados. Todos os custos decorrentes da execução, inclusive deslocamentos, tributos e demais despesas, deverão estar incluídos no preço ofertado. Carga horária semanal estimada: 16 horas. Local estimado de execução: Cidade de Palmitos. | 850 horas | R\$ 35,00 |
| 3. | <p>Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas:</p> <p>A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada nos elementos constantes no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado com a finalidade de analisar a necessidade da Administração, avaliar as alternativas disponíveis no mercado e definir a solução mais adequada para atendimento ao interesse público.</p> <p>O procedimento está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, bem como com a regulamentação aplicável no âmbito do Município de Palmitos e com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.</p> <p>A solução proposta neste Termo de Referência decorre das conclusões obtidas no Estudo Técnico Preliminar, o qual demonstrou:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a necessidade da contratação para atendimento das demandas da Administração; • a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida; • a adequação do modelo de contratação adotado; • e a compatibilidade com o planejamento administrativo e orçamentário do Município. <p>Dessa forma, a presente contratação está devidamente justificada e fundamentada no Estudo</p> | | |

| | |
|----|---|
| | Técnico Preliminar que integra o processo administrativo correspondente, servindo como base para a elaboração deste Termo de Referência e para a realização do procedimento licitatório. |
| 4. | <p>Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.</p> <p>A solução proposta consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de serviços especializados para execução de oficinas culturais, artísticas, esportivas e socioeducativas, destinados ao atendimento das demandas do Município de Palmitos/SC, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural, social e educacional da comunidade.</p> <p>Considerado o ciclo de vida do objeto, a solução foi estruturada de forma a abranger todas as etapas necessárias ao adequado atendimento da necessidade administrativa, compreendendo o planejamento da contratação, a seleção do fornecedor, a execução dos serviços, a gestão e fiscalização contratual, o monitoramento dos resultados e a avaliação final da solução adotada. A Lei nº 14.133/2021 e o Manual do TCU orientam que o planejamento da contratação considere a solução de forma integrada, desde sua concepção até a avaliação dos resultados obtidos.</p> <p>a) Planejamento da contratação</p> <p>Na fase de planejamento, a Administração realizou o levantamento das necessidades do Departamento Municipal de Cultura, do Ensino em Tempo Integral e da Secretaria Municipal de Assistência Social, com identificação das modalidades de oficinas, definição do público-alvo, estimativa dos quantitativos, locais de execução, carga horária prevista e requisitos mínimos de qualificação dos profissionais. Nessa etapa, também foram elaborados os artefatos de planejamento pertinentes, especialmente o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, além da pesquisa de preços e da análise de riscos da contratação.</p> <p>b) Seleção do fornecedor e formalização da contratação</p> <p>A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade pregão, com critério de julgamento de menor preço por item, por se tratar de serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório. A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, tendo em vista a variabilidade da demanda e a necessidade de contratações futuras e parceladas, conforme a conveniência da Administração. Nessa fase, serão exigidos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnico-profissional compatíveis com o objeto, assegurando a seleção de propostas aptas à adequada execução dos serviços.</p> <p>c) Execução dos serviços</p> <p>Na fase de execução, os serviços consistirão na realização das oficinas previstas, de acordo com cronograma estabelecido pela Administração, considerando o número de inscritos, a formação de turmas, as faixas etárias atendidas, os turnos de funcionamento e os locais de execução. As atividades poderão ocorrer em unidades escolares, centros culturais, equipamentos públicos municipais, espaços comunitários e demais locais indicados pela Administração. A contratada será responsável pela disponibilização dos profissionais qualificados, bem como pelo fornecimento dos meios necessários à execução das atividades, inclusive materiais, insumos, ferramentas, deslocamentos e demais custos operacionais, quando exigidos pela natureza do serviço.</p> <p>d) Gestão e fiscalização contratual</p> <p>A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados, aos quais competirá acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, controlar a carga horária efetivamente executada, aferir a qualidade das atividades</p> |

| | |
|----|---|
| | <p>prestadas e atestar os serviços para fins de pagamento. Poderão ser exigidos relatórios periódicos de execução, registros de frequência, evidências das atividades desenvolvidas e outros instrumentos de acompanhamento que permitam à Administração avaliar a conformidade da prestação com os objetivos institucionais da contratação. O Manual do TCU destaca a gestão contratual como etapa essencial do metaprocessamento de contratação.</p> <p>e) Monitoramento e avaliação dos resultados Durante a execução contratual, a Administração deverá monitorar os resultados alcançados pela solução contratada, mediante análise de indicadores relacionados à participação dos usuários, frequência nas oficinas, qualidade das atividades, alcance dos objetivos pedagógicos, culturais e socioassistenciais e aderência da execução às necessidades das Secretarias demandantes. Esse acompanhamento permitirá a adoção de ajustes operacionais, redimensionamento de carga horária, reorganização de turmas, suspensão de oficinas específicas ou outras medidas necessárias para assegurar a eficiência e a efetividade da solução.</p> <p>f) Encerramento do ciclo da contratação Ao final da vigência da ata ou dos instrumentos dela decorrentes, a Administração deverá avaliar o desempenho da contratação, verificando o cumprimento das obrigações assumidas, a efetividade da solução adotada, a adequação dos quantitativos estimados, a satisfação do interesse público e a vantajosidade da manutenção da estratégia de contratação. Essa avaliação subsidiará a decisão acerca de eventual prorrogação da ata, celebração de novos contratos, abertura de novo procedimento licitatório ou revisão do modelo adotado, conforme a demanda administrativa e a disponibilidade orçamentária.</p> <p>Dessa forma, a solução proposta contempla, de modo integrado, todo o ciclo de vida do objeto, desde o planejamento da contratação até o monitoramento dos resultados e a avaliação final da execução, mostrando-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e alinhada ao interesse público, à eficiência administrativa e à boa gestão dos recursos públicos.</p> |
| 5. | <p>Modelo de gestão do objeto e do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.</p> <p>A gestão do presente objeto será realizada por cada secretário/departamento solicitante, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do contrato, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Designa-se como gestoras do presente processo licitatório as secretárias da pasta solicitante, Sr^a Marli Camargo e Franciele Cristina Sangalli Casaril, e como Fiscais Alessandra Tortora, Cleyver Lunardi e Jessica Mai.</p> <p>São atribuições dos gestores, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – conferir a existência de empenho prévio à realização da despesa; II – conferir se houve publicação tempestiva do extrato do contrato; III – conferir a existência de designação de fiscal para cada contrato celebrado pela Administração e da indicação formal de preposto pelo contratado; IV – controlar os prazos de vencimentos dos contratos, dos fornecimentos e dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do término da vigência; V – controlar os limites de acréscimo e de supressão nas obras, serviços ou compras, inclusive em atas de registro de preços, em conformidade com a legislação; VI – adotar as providências para a confecção tempestiva dos termos aditivos, quando for o caso, atendidas as formalidades previstas na legislação; |

VII – receber ou formular os pedidos de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando para os órgãos competentes realizarem a análise correspondente, submetendo-os à autoridade superior;

VIII – verificar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinar a possibilidade da sua substituição nos casos em que permitida e providenciar a sua liberação ao fim do contrato, conforme o caso;

IX – deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do processo que deu origem à contratação;

X – examinar, periodicamente, ou ao menos uma vez antes do término de vigência ou prorrogação do contrato, a atualização e a adequação da documentação do contratado em relação às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, notificando-o em caso de irregularidade, dando ciência à autoridade superior, sugerindo a aplicação de sanção e a rescisão contratual no caso de manutenção do descumprimento, por período superior a 30 (trinta) dias, observando a ampla defesa e o contraditório;

XI – manifestar-se sobre eventual pedido de subcontratação;

XII – supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, visando à observância da ordem cronológica de pagamentos;

XIII – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

São atribuições dos fiscais, nos termos do Decreto Municipal nº 032/2023:

I – solicitar a autuação dos processos de fiscalização imediatamente ao recebimento do contrato e anexos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis após a assinatura;

II – conhecer os termos do processo de contratação e as condições do contrato, em especial os prazos, os cronogramas, as obrigações das partes, os casos de rescisão, a existência de cláusula de modificação do preço, se for o caso, e as hipóteses de aditamento;

III – acompanhar e fiscalizar a execução da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, em estrita observância ao edital e ao contrato;

IV – juntar documentos, certificar telefonemas, fazer anotações, redigir atas de reunião, anexar correspondências, inclusive as eletrônicas, e quaisquer documentos relativos à execução do contrato, no processo de fiscalização;

V – registrar, em livro próprio, todas as ocorrências durante a execução do contrato, notificando o contratado, por escrito, a sanar os problemas em prazo hábil, a ser estipulado de acordo com o caso concreto;

VI – fazer cumprir fielmente as obrigações avençadas, relatando por escrito e sugerindo à autoridade superior a aplicação das sanções, na forma do edital e do contrato, no caso de inadimplência, garantindo ao contratado o direito de defesa;

VII – solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, caso necessário;

VIII – conferir a conclusão das etapas e o cumprimento das condições de pagamento;

IX – dar recebimento provisório das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado;

X – dar recebimento definitivo das obras, serviços e compras mediante termo circunstanciado, se houver autorização expressa do prefeito ou outro superior hierárquico; e

XI – executar outras atividades determinadas pelo superior hierárquico.

Os itens considerados inadequados ou que não atendem às exigibilidades, não será aceito e o pagamento de toda parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

| | |
|----|---|
| 6. | <p>Requisitos da contratação PESSOA JURÍDICA</p> <p>VII - Declaração que atende aos requisitos de habilitação (<u>art. 63, I da Lei nº 14.133/2021</u>)</p> <p>VIII - Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do <u>art. 93 da Lei nº 8.213/91</u> (<u>art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021</u>)</p> <p>IX - Declaração que não incorre nos impedimentos.</p> <p>X - Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 68, VI).</p> <p>XI - HABILITAÇÃO JURÍDICA (<u>art. 66 da Lei nº 14.133/2021</u>):</p> <p>a) Cartão do CNPJ;</p> <p>b) Estatuto ou contrato social;</p> <p>XII - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (<u>art. 68 da Lei nº 14.133/2021</u>):</p> <p>a) Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (art. 68, § 1º).</p> <p>b) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (art. 68, III);</p> <p>c) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (art. 68, IV);</p> <p>d) Regularidade perante a Justiça do Trabalho (art. 68, V);</p> <p>VII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <p>a) Referente ao Item 01 e 02:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar comprovação de participação como instrutor em competições de Danças Tradicionais Gaúchas; - Comprovar, através de certificado emitido pelo MTG, formação de instrutor em danças gaúchas de salão e/ou danças tradicionais gaúchas; - Apresentação de comprovação de participação como instrutor em apresentação coreografada de danças - Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica do instrutor, com mais de 2 anos de atuação na área; <p>b) Referente ao Item 03:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação/Graduação em Artes Cênicas, Teatro, Dança ou áreas afins (licenciatura ou bacharelado); ou - Comprovação de experiência do profissional na ministração de aulas de teatro com mais de 2 anos de atuação na área (portfólio, currículo ou atestados de capacidade técnica). <p>c) Referente ao Item 04:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação/Graduação em Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física (registro ativo no CREF) ou; - Comprovação de experiência do instrutor na área de ensino de artes marciais, preferencialmente com crianças e adolescentes. - Certidões: Apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais (especialmente para aulas com menores de idade). <p>A apresentação de Atestado de Capacidade Técnica pelo instrutor permite a identificação inequívoca do período de atuação e da natureza das atividades desenvolvidas. Tal exigência visa assegurar que o profissional detém a expertise necessária para o manejo de grupos de crianças, jovens e adultos, garantindo a segurança física, a integridade emocional e a aplicação de uma</p> |
|----|---|

| | |
|----|--|
| | <p>didática adaptada às especificidades de cada faixa etária durante as oficinas.</p> <p>A exigência de comprovação de experiência do profissional na ministração de aulas de justifica-se pela natureza do objeto a ser contratado, que envolve a realização de atividades pedagógicas e culturais junto aos participantes das oficinas, demandando conhecimento prático, domínio de técnicas de ensino e experiência na condução de grupos.</p> <p>Dessa forma, a comprovação de atuação prévia na área tem como finalidade assegurar que o profissional possua qualificação mínima necessária para a adequada execução dos serviços, contribuindo para a qualidade das atividades desenvolvidas e para o atendimento do interesse público.</p> <p>O período de experiência estabelecido fundamenta-se na necessidade de garantir que o profissional tenha vivência suficiente na área de atuação, sendo considerado adequado e proporcional à complexidade das atividades a serem executadas, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que a comprovação poderá ser realizada por meio de portfólio, currículo ou atestados de capacidade técnica</p> <p>VIII – em até 3 (três) dias após ser declarado vencedor:</p> <p>a) Para fins de comprovação do profissional indicado pela vencedora, será admitida a demonstração de vínculo profissional por meio de qualquer instrumento jurídico idôneo que evidencie a disponibilidade do profissional para a execução do objeto, tais como:</p> <p>I – Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), acompanhado do respectivo registro de empregado, quando se tratar de vínculo empregatício;</p> <p>II – Contrato de prestação de serviços, celebrado nos termos da legislação civil, devidamente assinado pelas partes;</p> <p>III – Outros contratos ou instrumentos jurídicos válidos, que comprovem, de forma inequívoca, que o profissional indicado está à disposição da empresa para a execução dos serviços.</p> <p>a.1) Quando o profissional indicado for sócio ou dirigente da empresa, a comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio da apresentação do ato constitutivo, contrato social ou estatuto social, devidamente registrados.</p> |
| 7. | <p>Crítérios de medição e de pagamento.</p> <p>A medição dos serviços será realizada com base nas horas efetivamente executadas, por item, local de atendimento e período de referência, observados o cronograma aprovado pela Administração, os registros de frequência dos participantes e o atesto do fiscal do contrato.</p> <p>Para fins de comprovação da execução e liberação do pagamento, a contratada deverá apresentar, mensalmente, os seguintes documentos:</p> <p>I – Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente ao período medido;</p> <p>II – planejamento mensal das aulas/oficinas executadas;</p> <p>III – relatório de atividades desenvolvidas no período;</p> <p>IV – relatório fotográfico, preferencialmente com identificação de data, que comprove a realização das atividades, resguardadas as cautelas aplicáveis à imagem de crianças, adolescentes e demais usuários;</p> <p>V – relação de presença dos participantes, devidamente assinada, quando cabível, ou outro instrumento de controle de frequência admitido pela Administração;</p> <p>VI – demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização para comprovação da regular execução contratual.</p> <p>A medição mensal somente será aceita após a conferência da documentação apresentada e o atesto do fiscal do contrato, que verificará a conformidade dos serviços executados com as condições</p> |

| | |
|------------------|--|
| | <p>estabelecidas no Termo de Referência, no instrumento contratual e nas ordens de serviço expedidas pela Administração.</p> <p>O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da certificação da despesa pela Administração, após o recebimento definitivo da documentação comprobatória, da nota fiscal e do atesto do fiscal do contrato, mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada.</p> <p>Na hipótese de opção da contratada por instituição financeira diversa daquela utilizada pela Administração para movimentação dos recursos, eventuais tarifas bancárias decorrentes da operação correrão por conta da própria contratada.</p> <p>Somente será efetuado pagamento se restar comprovada a regular execução do objeto e a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e demais exigências previstas no edital e no contrato, na forma da legislação aplicável.</p> <p>Os pagamentos observarão a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Os tributos, encargos e demais custos inerentes à execução contratual deverão estar incluídos no valor da proposta. Caso a nota fiscal não contenha destaque suficiente dos tributos ou retenções legalmente incidentes, a Administração poderá promover as retenções cabíveis na forma da legislação vigente.</p> <p>Havendo erro na documentação de cobrança, inconsistência na medição, divergência quanto aos serviços executados ou descumprimento de obrigação contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova a regularização necessária, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da adoção das medidas contratuais cabíveis.</p> |
| <p>8.</p> | <p>Forma e critérios de seleção do fornecedor.</p> <p>A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item, processada pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente de seus arts. 6º, XLI, 28, I, e 82 a 86.</p> <p>A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza da demanda administrativa, caracterizada pela necessidade de contratações futuras, frequentes e parceladas, sem possibilidade de definição prévia exata do quantitativo de horas a ser efetivamente executado ao longo da vigência da ata. O modelo mostra-se adequado para atender às necessidades variáveis da Administração, permitindo maior flexibilidade operacional, racionalização das contratações e melhor gestão dos recursos públicos.</p> <p>A escolha da modalidade pregão eletrônico fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação se enquadra como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, requisitos mínimos de qualificação, critérios de execução, medição e pagamento, o que permite a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes, conforme definição legal.</p> <p>O critério de julgamento será o de menor preço por item, tendo em vista o parcelamento do objeto em especialidades autônomas, o que amplia a competitividade, favorece a participação de maior número de interessados e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, transparência e interesse público. O Manual do TCU também orienta que a definição do critério de julgamento e da forma de disputa deve guardar compatibilidade com a natureza do objeto e com a busca da proposta mais vantajosa.</p> |

| | |
|-------------------|---|
| | <p>O procedimento licitatório será processado integralmente em ambiente eletrônico, assegurando maior transparência, rastreabilidade dos atos, ampliação da disputa e facilidade de acesso dos interessados, observadas as regras previstas no edital e na legislação aplicável.</p> <p>A formalização da seleção ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, com vigência de 1 (um) ano, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma da lei. Durante a vigência da ata, a Administração poderá promover as contratações conforme sua necessidade, mediante celebração de contrato, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o caso concreto e as condições definidas no edital e em seus anexos.</p> |
| <p>9.</p> | <p>Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.</p> <p>A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, bem como em contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, observando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133 e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.</p> <p>Para a formação do valor estimado foram considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • orçamentos obtidos junto a fornecedores e prestadores de serviços do ramo; • análise de contratações públicas similares; • compatibilidade com os quantitativos estimados para atendimento das demandas do Município de Palmitos. <p>Conforme levantamento realizado, o custo estimado total da contratação é de R\$ 399.550,00 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e cinquenta reais).</p> <p>Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo, bem como os documentos que deram suporte à pesquisa de preços, encontram-se detalhados em documento específico anexo ao processo, devidamente classificado, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • metodologia utilizada na pesquisa de preços; • fontes consultadas; • planilha com os valores unitários e totais estimados; • justificativa dos parâmetros adotados para a formação do preço estimado. <p>Dessa forma, a estimativa apresentada reflete valores compatíveis com os praticados no mercado e atende aos princípios da economicidade e da vantajosidade para a Administração Pública.</p> |
| <p>10.</p> | <p>Adequação orçamentária</p> <p>Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de prévia indicação de dotação orçamentária para a totalidade do objeto estimado neste Termo de Referência, conforme previsto na Lei nº 14.133.</p> <p>Dessa forma, a comprovação da adequação orçamentária e financeira ocorrerá no momento da efetiva contratação ou emissão da respectiva ordem de fornecimento/serviço, quando houver a demanda específica por parte da Administração do Município de Palmitos.</p> <p>Assim, a indicação da dotação orçamentária correspondente será realizada por ocasião da formalização do instrumento contratual ou da solicitação de consumo, observando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a existência de saldo orçamentário suficiente; • a compatibilidade com o planejamento orçamentário do exercício financeiro; • e as normas de execução orçamentária vigentes. <p>Dessa forma, a presente contratação atende às exigências legais quanto à responsabilidade fiscal e</p> |

| | |
|------------|--|
| | à adequada gestão dos recursos públicos. |
| 11. | <p>Modelo de execução do objeto</p> <p>A execução do objeto ocorrerá mediante a prestação de serviços de oficinas culturais, esportivas e educacionais, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços, observando-se as disposições da Lei nº 14.133.</p> <p>As empresas ou profissionais contratados deverão responsabilizar-se, às suas expensas, pela execução integral das oficinas solicitadas pela Secretaria responsável do Município de Palmitos, atendendo às especificações técnicas, carga horária, cronograma e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.</p> <p>A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço (AF/OS), que será encaminhada à contratada por meio eletrônico, como e-mail institucional ou outro meio oficial de comunicação.</p> <p>O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, salvo situações devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.</p> <p>As oficinas deverão ser ministradas por profissionais qualificados, com experiência comprovada na respectiva área de atuação, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o cronograma definido pela Secretaria competente; • os locais indicados pela Administração; • as faixas etárias e o público-alvo das atividades; • e as normas de segurança aplicáveis. <p>A contratada será responsável pelo cumprimento das obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.</p> <p>A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que verificará:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o cumprimento da carga horária contratada; • a assiduidade dos profissionais; • a qualidade das atividades desenvolvidas; • e a conformidade com os objetivos educacionais, culturais e sociais das oficinas. <p>Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a contratada será notificada para promover a regularização imediata, podendo ser aplicadas as sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações assumidas. A contratada deverá manter comunicação constante com a Administração, informando eventuais impedimentos na execução das atividades e garantindo a continuidade dos serviços contratados.</p> |
| 12. | <p>Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo</p> <p>A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração do Município de Palmitos, nos locais indicados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço (AF/OS) emitida pela Secretaria solicitante.</p> <p>As oficinas poderão ser realizadas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • unidades escolares da rede municipal; • espaços culturais e esportivos do Município; • núcleos educacionais onde ocorre o Ensino em Tempo Integral; • unidade do CRAS e CREAS • ou outros locais previamente definidos pela Administração. |

| | |
|-------------------|--|
| | <p>Os serviços serão executados, preferencialmente, nos seguintes horários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Matutino: das 7h30 às 11h00; • Vespertino: das 13h30 às 17h00; • podendo, ainda, ocorrer em outros horários, conforme necessidade e mediante ajuste com a Secretaria solicitante. <p>O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, respeitando o cronograma estabelecido pela Administração.</p> <p>O recebimento dos serviços observará as disposições da Lei nº 14.133 e ocorrerá da seguinte forma:</p> <p>a) Recebimento provisório: Será realizado pelo fiscal do contrato, mediante verificação inicial da execução das atividades e da conformidade com as especificações constantes no edital, no Termo de Referência e na proposta da contratada.</p> <p>b) Recebimento definitivo: Ocorrerá após a verificação da conformidade da prestação dos serviços com as exigências contratuais, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante manifestação formal da fiscalização do contrato.</p> <p>Na hipótese de a verificação não ser realizada dentro do prazo fixado, considerar-se-á como efetivado o recebimento definitivo após o decurso do referido prazo, desde que não haja manifestação contrária da Administração.</p> <p>O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade da execução, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades constatadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato.</p> <p>A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas, devendo a contratada promover as adequações necessárias sem ônus para o Município.</p> |
| <p>13.</p> | <p>Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso</p> <p>Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços, não se aplica garantia típica de produto, nem manutenção e assistência técnica nos moldes de aquisição de bens. A garantia, neste caso, refere-se à adequada execução dos serviços, em conformidade com o edital, o Termo de Referência, a proposta da contratada e as determinações da fiscalização.</p> <p>A contratada deverá assegurar a qualidade, regularidade e segurança das oficinas, responsabilizando-se pela imediata correção de falhas, inadequações ou inexecução parcial, sem ônus adicional para a Administração, inclusive mediante ajuste, complementação, refazimento das atividades ou substituição do profissional, quando necessário.</p> <p>Durante toda a vigência da contratação, a contratada permanecerá responsável pela qualidade dos serviços prestados e pelo adequado funcionamento dos materiais e meios por ela disponibilizados à execução contratual.</p> |